
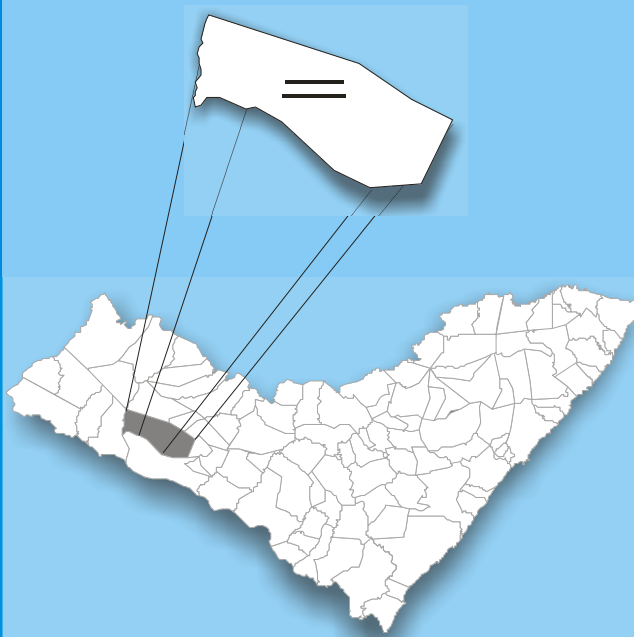
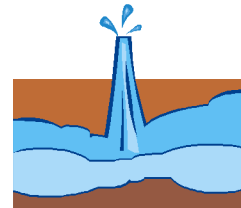


MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO MINERAL

 CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
PRODEEM - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO DOS ESTADOS EM UNICÍTIOS

*PROJETO CADASTRO
DE FONTES DE
ABASTECIMENTO POR
ÁGUA SUBTERRÂNEA*

ALAGOAS



*DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO
DE SÃO JOSÉ DA TAPERA*

Agosto/2005



Secretaria de Geologia,
Mineração e Transformação Mineral
Secretaria de Planejamento
e Desenvolvimento Energético

Ministério de
Minas e Energia



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Silas Rondeau Cavalcante Silva
Ministro de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA
Nelson José Hubner Moreira
Secretário Executivo

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO
Márcio Pereira Zimmermam
Secretário

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO MINERAL
Cláudio Scliar
Secretário

PROGRAMA LUZ PARA TODOS
Aurélio Pavão
Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO DOS ESTADOS E
MUNICÍPIOS
PRODEEM
Luiz Carlos Vieira
Diretor

Serviço Geológico do Brasil – CPRM

Agamenon Sérgio Lucas Dantas
Diretor-Presidente

José Ribeiro Mendes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Manoel Barretto da Rocha Neto
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Ávaro Rogério Alencar Silva
Diretor de Administração e Finanças

Fernando Pereira de Carvalho
Diretor de Relações Institucionais e
Desenvolvimento

Frederico Cláudio Peixinho
Chefe do Departamento de Hidrologia

Fernando Antonio Carneiro Feitosa
Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

Ivanaldo Vieira Gomes da Costa
Superintendente Regional de Salvador

José Wilson de Castro Temáteo
Superintendente Regional de Recife

Hébio Pereira
Superintendente Regional de Belo Horizonte

Darlan Filgueira Maciel
Chefe da Residência de Fortaleza

Francisco Batista Teixeira
Chefe da Residência Especial de Teresina

Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Programa Luz Para Todos
Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - PRODEEM
Serviço Geológico do Brasil - CPRM
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

**PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR
ÁGUA SUBTERRÂNEA
ESTADO DE ALAGOAS**

DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

João de Castro Mascarenhas
Breno Augusto Beltrão
Luiz Carlos de Souza Junior

Recife
Agosto/2005

COORDENAÇÃO GERAL

Frederico Cláudio Peixinho - DEHID

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

José Emilio C. de Oliveira - DIHEXP

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Sara Maria Pinotti Benvenuti-DIHEXP

COORDENAÇÃO REGIONAL

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO

Francisco C. Lages C. Filho - RESTE

João Alfredo C. L. Neves - SUREG-RE

João de Castro Mascarenhas - SUREG-RE

José Alberto Ribeiro - REFO

José Carlos da Silva - SUREG-RE

Luiz Fernando C. Bomfim - SUREG-SA

Oderson A. de Souza Filho - REFO

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO

SUREG-RE

Ari Teixeira de Oliveira

Breno Augusto Beltrão

Cícero Alves Ferreira

Cristiano de Andrade Amaral

Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha

Franklin de Moraes

Frederico José Campelo de Souza

Jardo Caetano dos Santos

João de Castro Mascarenhas

Jorge Luiz Fortunato de Miranda

José Wilson de Castro Temoteo

Luiz Carlos de Souza Júnior

Manoel Julio da Trindade G. Galvão

Saulo de Tarso Monteiro Pires

Sérgio Monhezuma Santoianni Guerra

Simeones Néri Pereira

Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho

Vanildo Almeida Mendes

SUREG-SA

Edmilson de Souza Rosas

Edvaldo Lima Mota

Hermínio Brasil Vilaverde Lopes

João Cardoso Ribeiro M. Filho

José Cláudio Viegas

Luis Henrique Monteiro Pereira

Pedro Antônio de Almeida Couto

Vânia Passos Borges

SUREG-BH

Angélica Garcia Soares

Eduardo Jorge Machado Simões

Ely Soares de Oliveira

Haroldo Santos Viana

Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

REFO

Ângelo Trévia Vieira

Felicíssimo Melo

Francisco Alves Pessoa

Jáder Parente Filho

José Roberto de Carvalho Gomes

Liano Silva Veríssimo

Luiz da Silva Coelho

Robério Bão de Aguiar

RESTE

Antonio Reinaldo Soares Filho

Carlos Antônio Luz

Cipriano Gomes Oliveira

Heinz Alfredo Trein

Ney Gonzaga de Souza

EM DESTAQUE

Almir Araújo Pacheco - SUREG-BE

Ana Cláudia Vieiro - SUREG-PA

Bráulio Robério Caye - SUREG-PA

Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA

Geraldo de B. Pimentel - SUREG-PA

Paulo Pontes Araújo - SUREG-BE

Tomás Edson Vasconcelos - SUREG-CO

RECENSEADORES

Acácio Ferreira Júnior

Adriana de Jesus Felipe

Aleron Faleri Suarez

Almir Gomes Freire - CPRM

Ângela Aparecida Pezzuti

Antonio Celso R. de Melo - CPRM

Antonio Edilson Pereira de Souza

Antonio Jean Fontenele Menezes

Antonio Manoel Marciano Souza

Antonio Marques Honorato

Armando Arruda C. Filho - CPRM

Carlos A. G.ões de Almeida - CPRM

Celso Viana Marciel

Cícero René de Souza Barbosa

Cláudio Marcio Fonseca Vilhena

Claudionor de Figueiredo

Cleiton Pierre da Silva Viana

Cristiano Alves da Silva

Edivaldo Fateicha - CPRM

Eduardo Benevides de Freitas

Eduardo Fortes Cristóstomos

Eliomar Coutinho Barreto

Emanuelly de Almeida Leão

Emerson Garret Menor

Emicles Pereira C. de Souza

Érika Pecconnick Ventura

Ervál Manoel Linden - CPRM

Ewerton Torres de Melo

Fábio de Andrade Lima

Fábio de Souza Pereira

Fábio Luiz Santos Faria

Francisco Augusto A. Lima

Francisco Edson Alves Rodrigues

Francisco Ivanir Medeiros da Silva

Francisco José Vasconcelos Souza

Francisco Lima Aguiar Junior

Francisco Pereira da Silva - CPRM

Frederico Antonio Araújo Meneses

Geancarlo da Costa Viana

Genivaldo Ferreira de Araújo

Gustavo Lira Meyer

Haroldo Brito de Sá

Henrique Cristiano C. Alencar

Jamile de Souza Ferreira

Jaqueline Almeida de Souza

Jefté Rocha Holanda

João Carlos Fernandes Cunha

João Luis Alves da Silva

Joelza de Lima Enéas

Jorge Hamilton Quidute Goes

José Carlos Lopes - CPRM

Joselito Santiago Lima

Josemar Moura Bezerril Junior

Julio Vale de Oliveira

Kênia Nogueira Diêgenes

Marcos Aurélio C. de Gás Filho

Matheus Medeiros Mendes Carneiro

Michel Pinheiro Rocha

Narcelya da Silva Araújo

Nicácia Débora da Silva

Oscar Rodrigues Acioly Júnior

Paula Francinete da Silveira Baia

Paulo Eduardo Melo Costa

Paulo Fernando Rodrigues Galindo

Pedro Hermano Barreto Magalhães

Raimundo Correa da Silva Neto

Ramiro Francisco Bezerra Santos

Raul Frota Gonçalves

Saulo Moreira de Andrade - CPRM

Sérvulo Fernandez Cunha

Thiago de Menezes Freire

Valdirene Carneiro Albuquerque

Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM

Vilmar Souza Leal - CPRM

Wagner Ricardo R. de Alkimim

Walter Lopes de Moraes Junior

TEXTO

ORGANIZAÇÃO

Breno Augusto Beltrão

João de Castro Mascarenhas

Luiz Carlos de Souza Junior

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

Breno Augusto Beltrão

Frederico José Campelo de Souza

Jardo Caetano dos Santos

João de Castro Mascarenhas

Luiz Carlos de Souza Júnior

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Breno Augusto Beltrão

Liliane Assunção Serra Ramos Campos

Maria Lúcia Acioli Beltrão

FIGURAS ILUSTRATIVAS

Aloizio da Silva Leal

Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino

Jaqueline Pontes de Lima

Núbia Chaves Guerra

Waldir Duarte Costa Filho

MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

Robson de Carlo Silva

Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino

BANCO DE DADOS

Desenvolvimento dos Sistemas

Josias Barbosa de Lima

Ricardo César Bustillos Villafan

Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

Administração

Eriveldo da Silva Mendonça

Consistência

Breno Augusto Beltrão

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Aline Oliveira de Lima

Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino

Jaqueline Pontes de Lima

SUPORTE TÉCNICO DE EDITORAÇÃO

Claudio Scheid

José Pessoa Veiga Junior

Manoel Júlio da T. Gomes Galvão

Roberto Batista dos Santos

ANALISTA DE INFORMAÇÕES

Dalvanise da Rocha S. Bezerril

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de São José da Tapera, estado de Alagoas/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
12 p. + anexos

"Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado de Alagoas"

1. Hidrogeologia - Alagoas - Cadastros. 2. Água subterrânea - Alagoas - Cadastros. I. Mascarenhas, João de Castro org. II. Beltrão, Breno Augusto org. III. Souza Júnior, Luiz Carlos de org. I. Titulo.

CDD 551.49098135

APRESENTAÇÃO

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o início o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hídricos subterrâneos, de forma compatível com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Embora com múltiplas finalidades, este projeto visa atender diretamente as necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsídios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial
CPRM – Serviço Geológico do Brasil

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

3. METODOLOGIA

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA

4.1 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO

4.2 - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

4.3 - ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

4.4 - GEOLOGIA

5. RECURSOS HÍDRICOS

5.1 - ÁGUAS SUPERFICIAIS

5.2 - ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

5.2.1 - DOMÍNIOS HIDROGEOLÓGICOS

6. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

6.1 - ASPECTOS QUALITATIVOS

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

1 - PLANILHAS DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

2 - MAPA DE PONTOS DE ÁGUA

3 - ARQUIVO DIGITAL - CD ROM

1. INTRODUÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastróficos são por demais conhecidos e remontam aos primórdios da história do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade das fontes de água superficiais e subterrâneas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de serem solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está executando o **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea** em consonância com as diretrizes do Governo Federal e dos propósitos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo a realização do cadastro de todos os poços tubulares, poços amazonas representativos e fontes naturais, em uma área de 722.000 km² da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

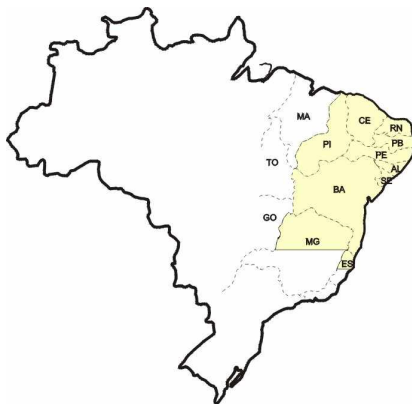


Figura 1 – Área de abrangência do Projeto

3. METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização desse projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km². Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (poço tubular, poço escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do *Global Positioning System* (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de serem coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade da água, uso da água e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente a Divisão de Hidrogeologia e Exploração da CPRM, em Fortaleza, para, após rigorosa análise, alimentarem um banco de dados. Esses dados, devidamente consistidos e tratados, possibilitaram a elaboração de um mapa de pontos d'água, de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando um fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usuários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água, foram utilizados como base cartográfica os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográficas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *CorelDraw*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE. O mapa de pontos d'água foi gerado a partir da Base Cartográfica Digital do Estado de Alagoas, cedida pela Secretaria Executiva de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais – SEMARHN.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem devido à imprecisão nos traçados desses limites, seja pela pequena escala do mapa fonte utilizado no banco de dados (1:250.000), seja por problemas ainda existentes na cartografia estadual, ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores ou, simplesmente, erro na obtenção das coordenadas.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA TAPERA

4.1 - Localização e Acesso

O município de **São José da Tapera** está localizado na região W do Estado de Alagoas, limitando-se a norte com os municípios de Senador Rui Palmeira e Carneiros, a sul com Pão de Açúcar, a leste com Monteirópolis e Olho d'Água das Flores e a oeste com Piranhas. A área municipal ocupa 519,64 km² (1,87% de AL), inserida na mesorregião do Sertão Alagoano e na microrregião de Santana do Ipanema, predominantemente na Folha Pão de Açúcar (SC.24-X-D-IV) e parcialmente nas folhas Piranhas (SC.24-X-C-VI), Delmiro Gouveia (SC.24-X-C-VI) e Santana do Ipanema (SC.24X-D-I), todas na escala 1:100.000, editadas pelo MINTER/SUDENE em 1973.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 255 m e coordenadas geográficas de 9°33'28,8" de latitude sul e 37°22'51,6" de longitude oeste.

O acesso a partir de Maceió é feito através das rodovias pavimentadas BR-316, BR-101 e AL-220, com percurso em torno de 220,30 km (figura 2).

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São José da Tapera
Estado de Alagoas**

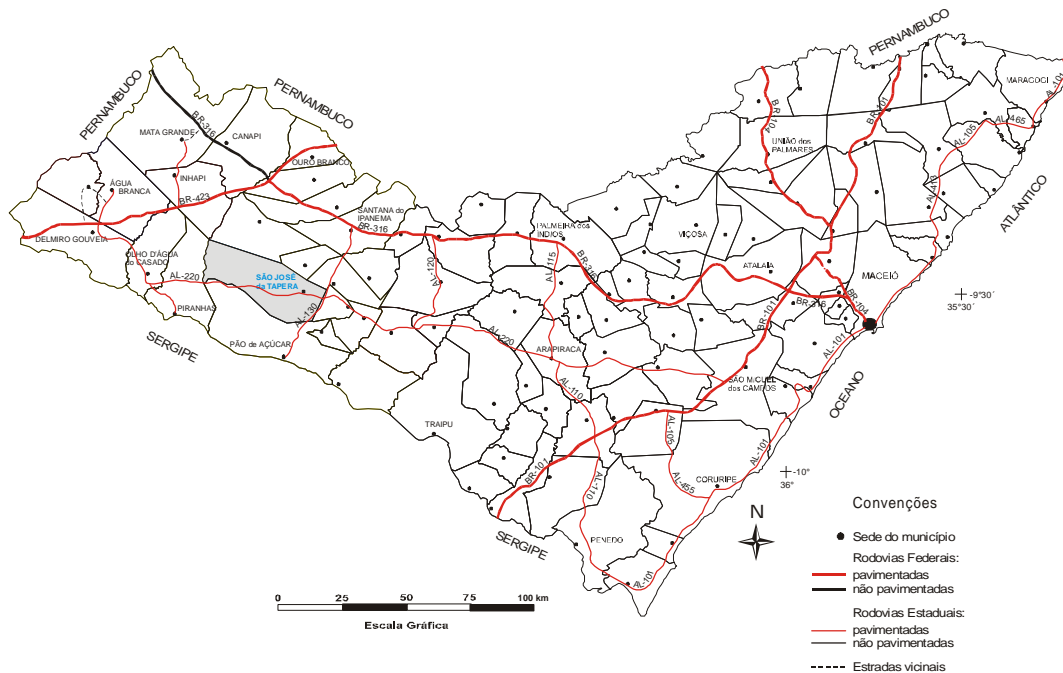


Fig.02 – Mapa de acesso rodoviário

4.2 - Aspectos Socioeconômicos

O município foi criado em 1957, desmembrado de Pão de Açúcar. Segundo o censo 2000 do IBGE, a população total residente é de 27.562 habitantes, dos quais 13.685 do sexo masculino (49,70%) e 13.877 do sexo feminino (50,30%). São 9.261 os habitantes da zona urbana (33,60%) e 18.301 os da zona rural (66,40%). A densidade demográfica é de 53,04 hab/km².

A rede pública de saúde não dispõe de hospital, existindo 09 Unidades Ambulatoriais, 06 Postos de Saúde e 03 Centros de Saúde. Não há consultórios médicos ou odontológicos.

Na área educacional, o município dispõe de 10 escolas de ensino pré-escolar com 257 alunos matriculados, 70 escolas de ensino fundamental com 9.850 alunos matriculados e 02 escola de ensino médio, com 410 alunos matriculados. Da população total residente, 10.454 habitantes com 10 anos ou mais de idade são alfabetizados (37,90%).

Existem no município 5.690 domicílios particulares permanentes, dos quais 2.848 (50,05%) possuem banheiro ou sanitário e destes, apenas 18 (0,32%) possuem banheiro e esgotamento sanitário via rede geral. Cerca de 1.750 (30,80%) são abastecidos pela rede geral de água, enquanto que 597 (10,50%) são abastecidos por poço ou nascente e 3.343 utilizam outras formas de abastecimento (a maioria, 58,47%). Apenas 2.193 (38,54%) domicílios são atendidos pela coleta de lixo, evidenciando a existência de um fator de geração de sérios problemas ambientais e de saúde pública para a população.

Existe 01 agência do Banco do Brasil e 01 agência dos Correios instalados no município.

O PIB do município foi de U\$ 19.243.733,00 e o PIB per capita foi de U\$ 692,00 em 1998. O FPM = R\$ 2.924.642,00, o ITR = R\$ 1.169,00 e o Fundef = R\$ 2.952.614,00 (Anuário Estatístico de Alagoas – 2001). O salário médio mensal é de R\$ 184,00 (76,70% do salário mínimo nacional)

As principais atividades econômicas do município são: Comércio, serviços, agropecuária e atividades de extrativismo vegetal e silvicultura. Atualmente conta com 77 empresas com CNPJ, atuantes (1998), ocupando 631 pessoas (2,30% da população). Na área de pecuária, conta com os seguintes rebanhos (cabeças): bovinos – 15.234; suínos – 3.633; eqüinos – 653; asininos – 132; muare – 81; caprinos – 651; ovinos – 1.154, aves – 49.203, A produção leiteira é de 3.160.000 litros e a de ovos de galinha – 169.000 dúzias.

Na área agrícola: Feijão –10.000 ha (3.550 t), Mandioca –30 ha (210 t), Milho –1.150 ha (283 t).

O extrativismo vegetal produz 25 t de carvão vegetal e 4.432 m³ de lenha, evidenciando a existência de uma série de problemas ambientais em uma região semi-árida. (IBGE 2000)

No ranking de desenvolvimento, **São José da Tapera** está em 92º lugar no estado (92/102 municípios) e em 5.424º lugar no Brasil (5.424/5.561 municípios) (www.desenvolvimentomunicipal.com.br).

4.3 Aspectos Fisiográficos

O município de **São José da Tapera** está inserido uma parte de sua área na unidade geoambiental da *Depressão Sertaneja* (cerca de 40 %), que representa a paisagem típica do semi-árido nordestino, caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. Elevações residuais, cristas e/ou outeiros pontuam a linha do horizonte. Esses relevos isolados testemunham os ciclos intensos de erosão que atingiram grande parte do sertão nordestino. A maior parte de sua área está inserida na unidade geoambiental do *Planalto da Borborema* (cerca de %)', formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros, apresentando relevo geralmente bastante movimentado, com vales profundos e estreitos. Ainda, a leste, se insere na unidade ambiental das *Superfícies Dissecadas Diversas* (cerca de 20%), que apresenta relevo bastante movimentado com altitudes variando entre 650 e 1.000 metros.

A vegetação é basicamente composta por *Caatinga Hiperxerófila* com trechos de *Floresta Caducifólia*.

O clima é do tipo Tropical Semi-Árido, com chuvas de verão. O período chuvoso se inicia em novembro com término em abril. A precipitação média anual é de 431,8mm.

Com respeito aos solos, nos patamares compridos e baixas vertentes do relevo suave ondulado ocorrem os *Planossolos*, mal drenados, fertilidade natural média e problemas de sais; topos e altas vertentes, os solos *Brunos não Cálcicos*, rasos e fertilidade natural alta; topos e altas vertentes do relevo ondulado ocorrem os *Podzólicos*, drenados e fertilidade natural média e as elevações residuais com os solos *Litólicos*, rasos, pedregosos e fertilidade natural média.

4.4 Geologia

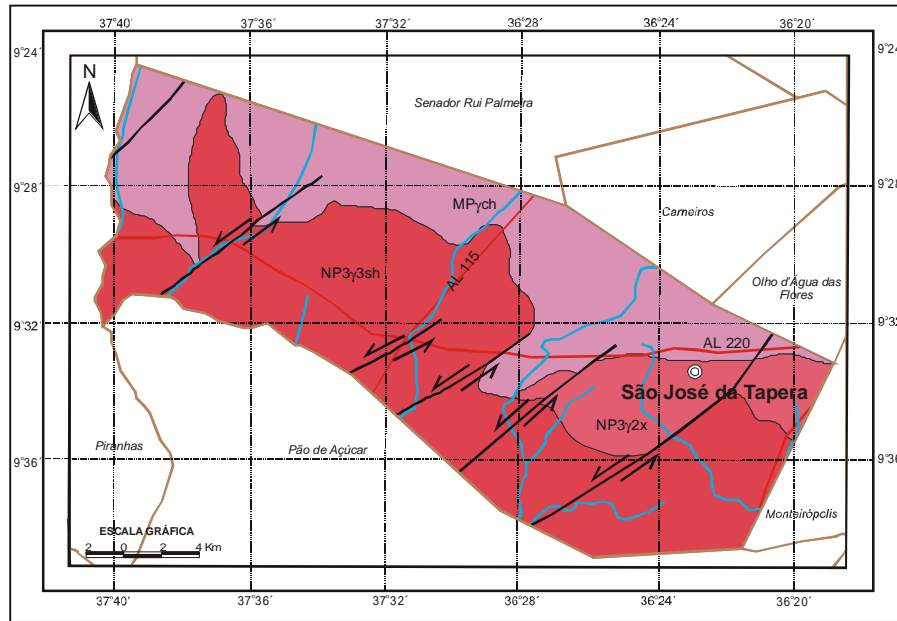
O município de **São José da Tapera** encontra-se geologicamente inserido na *Província Borborema*, abrangendo rochas do embasamento gnássico-migmatítico, datadas do Arqueano ao Paleoproterozóico e a seqüência metamórfica oriunda de eventos tectônicos ocorridos durante o Meso e NeoProterozóico. A *Província* está aqui representada pelos litótipos das suítes Chorrochó, Peraluminosa Xingó e Salgueiro/Terra Nova (Figura 3).

A *Suíte Chorrochó* (MPgch), aflora a NE e NW da área, sendo constituída por augengnaisses quartzo monzoníticos e granitos

No extremo SE e SW aflora a *Suíte Peraluminosa Xingó* (NP3g2x), aflora a NE da área, sendo constituída por leucogranitos e granodioritos, feição migmatítica local.

A *Suíte Intrusiva Shoshonítica Salgueiro/Terra Nova* (NP3gsh), ocupa aproximadamente 60% da área, aflorando a SE e SW da área, sendo constituída por biotita hornblenda quartzo monzonitos e granitos.

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São José da Tapera
Estado de Alagoas**



CONVENÇÕES GEOLÓGICAS

UNIDADES LITOESTRATIGRÁFICAS

Neoproterozóico

NP3γ3sh Suite shoshonítica Salgueiro/Terra Nova (sh): biotita-hornblenda da quartzo monzodiorito a granito

NP3γ2x Suite peraluminosa Xingó (x): leucogranito e granodiorito, feição migmatítica local

Mesoproterozóico

MPγch Suite Chorrochó (γch): augengnaise quartzo monzodiorítica a granítico

UNIDADES ESTRUTURAIS

— Contato geológico

≡ Falha ou Zona de Cisalhamento Transcorrente Sinistral

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

⊙ Sede Municipal

— Rodovias

— Limites Intermunicipais

— Rios e riachos

Fig.03 – Mapa Geológico

5. RECURSOS HÍDRICOS

5.1 - Águas Superficiais

O município de **São José da Tapera** está inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. É banhado a W, pela sub-bacia do Rio Ribeira do Capiá, e seus principais afluentes são: Riacho das Cacimbas, Cipó do Leite, da Camisa, Gavião, do Lopes e Pariconha. Na porção Central, o município é atravessado pelo Riacho Grande. Na porção E, é banhado pelo Rio Boqueirão. O padrão de drenagem é do tipo dendrítico em toda a porção E, e do tipo pinado, uma variação do tipo dendrítico, na porção W do município. Todo esse sistema fluvial deságua no Rio São Francisco.

5.2 - Águas Subterrâneas

5.2.1 – Domínios Hidrogeológicos

A área do município em estudo está inserida no *Domínio Hidrogeológico Fissural: Subdomínio Rochas Metamórficas*: caracterizado por rochas do embasamento cristalino regionalmente representadas por granulitos do Grupo Girau do Ponciano e pelos complexos gnaissico-migmatítico e migmatítico granítico (Arqueano), rochas vulcano-sedimentares, compostas por quartzitos, micaxistos, gnaissese metavulcânicas diversas do Grupo Macururé e ortognaisses (Proterozóico). Figura 4.

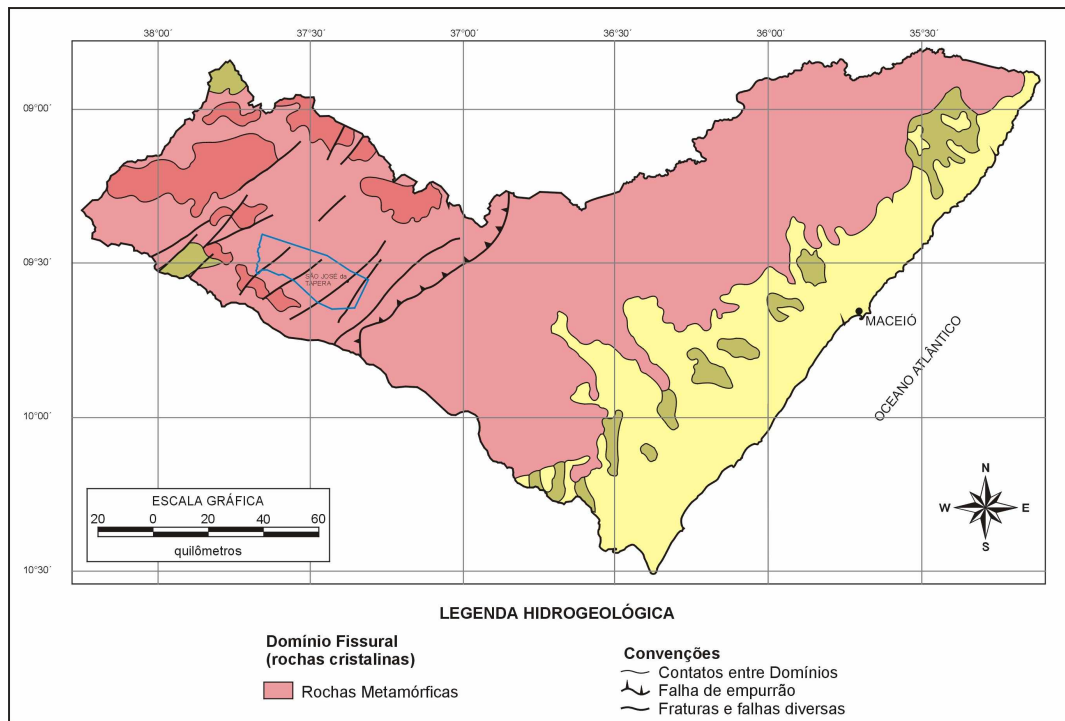


Fig.04 – Domínios Hidrogeológicos

6. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a existência de **19** pontos d'água, sendo **17** poços tubulares e **02** fontes naturais. Serão tratados aqui, apenas os dados relativos aos poços tubulares, objeto principal deste estudo.

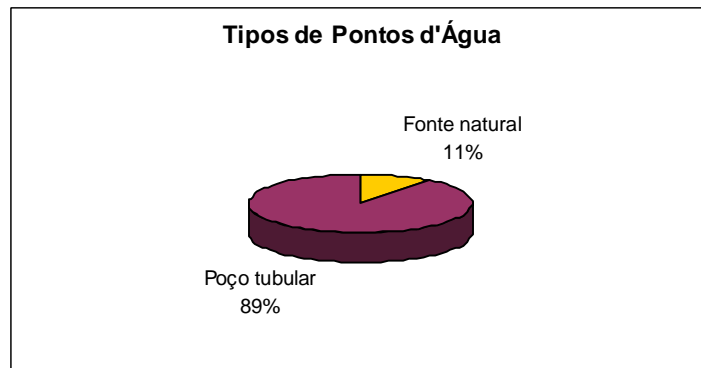


Fig.5.1 –Tipos de pontos d'água cadastrados no município

Com relação à *propriedade do terreno* onde estão localizados os pontos d'água cadastrados, podemos ter: *terrenos públicos*, quando os terrenos forem de serventia pública e *terrenos particulares*, quando forem de uso privado. Conforme ilustrado na fig.5.2, existem **03** pontos d'água em terrenos públicos e **14** em terrenos particulares.

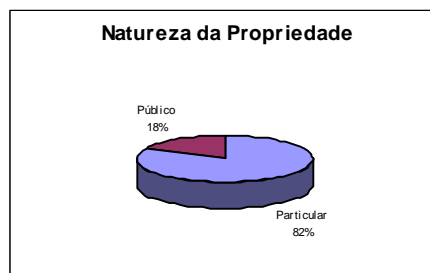


Fig.5.2 –Natureza da propriedade dos terrenos.

Quanto ao *tipo de abastecimento* a que se destina a água, os pontos cadastrados foram classificados em: *comunitários*, quando atendem a várias famílias e *particulares*, quando atendem apenas ao seu proprietário. A fig.5.3 mostra que **04** pontos d'água (destinam-se ao atendimento comunitário (23,50%), **06** pontos ao atendimento particular (35,30%) e em **07** pontos a finalidade do abastecimento não foi definida (41,20%).

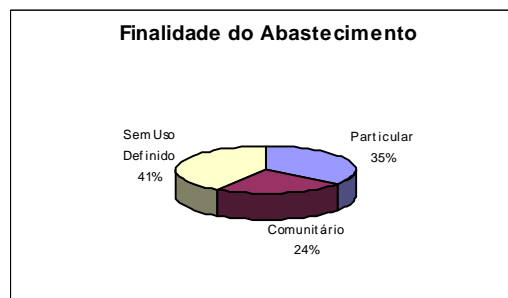


Fig.5.3 –Finalidade do abastecimento dos poços.

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São José da Tapera
Estado de Alagoas**

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: *poços em operação*, *paralisados*, *não instalados* e *abandonados*. Os *poços em operação* são aqueles que funcionavam normalmente. Os *paralisados* estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados à manutenção ou quebra de equipamentos. Os *não instalados* representam aqueles poços que foram perfurados, tiveram um resultado positivo, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os *abandonados*, que incluem poços secos e poços obstruídos, representam os poços que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, é apresentada em números absolutos no quadro 5.1 e em termos percentuais na Figura 5.4.

Quadro 5.1 – Situação dos poços cadastrados conforme a finalidade do uso

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado
Comunitário	-	4	-	-
Particular	-	3	-	3
Sem Uso Definido	4	-	3	-
Total	4	7	3	3

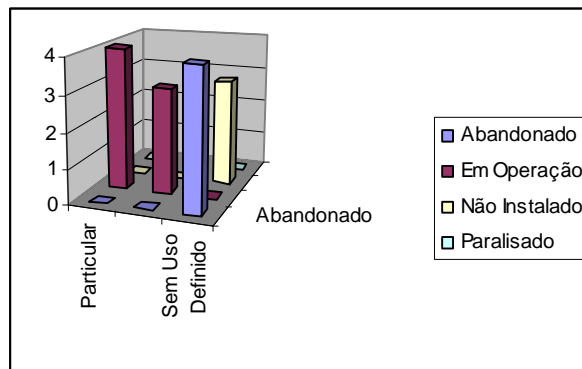


Fig.5.4 – Situação dos poços cadastrados

Com relação ao uso da água, **04** dos pontos d'água (23,50%) destinam-se à dessedentação animal, **02** pontos (11,80%) ao consumo doméstico primário e secundário, **01** ponto (5,90%) para o consumo doméstico primário, secundário e recreação, **03** pontos (17,60%) para o consumo doméstico secundário e a dessedentação animal e os **07** restantes não tiveram o uso definido (41,20%), conforme mostra a fig.5.5.

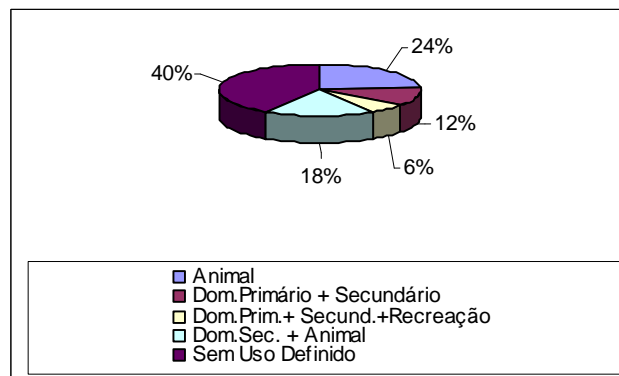


Fig.5.5 – Uso da água

A fig.5.6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente *em operação* e os poços passíveis de entrarem em funcionamento (*paralisados e não instalados*). Verificou-se que dos *poços particulares*, **03** encontravam-se *não-instalados* (17,60%), **03** *paralisados* (17,60%) e **04** em *operação normal*. Com relação aos *poços tubulares públicos*, haviam **03** poços (17,60%) em operação normal, não haviam poços não-instalados ou paralisados.

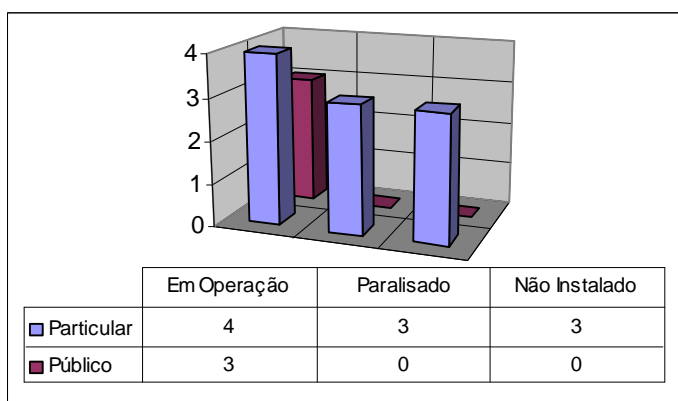


Fig.5.6 –Relação entre poços em uso e desativados

Com relação à *fonte de energia* utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a fig. 5.7 mostra que **08** poços particulares utilizam *energia elétrica*, sendo 01 monofásico e 07 trifásicos, enquanto **04** poços utilizam *energia solar*. Quanto aos *poços públicos*, **02** operam com *energia elétrica*, sendo 01 monofásico e 01 trifásico e apenas **01** utiliza *energia solar*.

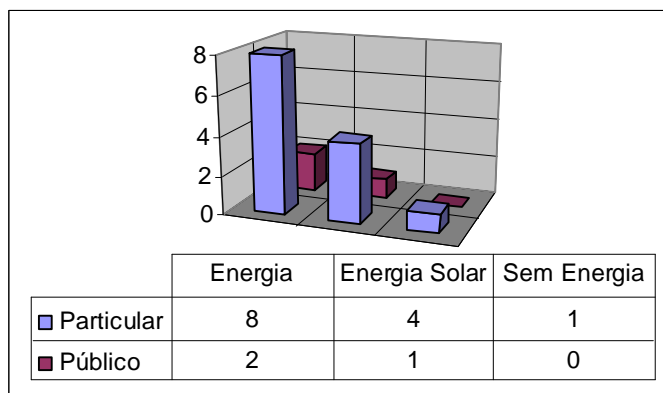


Fig.5.7 –Tipo de energia utilizada no bombeamento d'água

6.1 –Aspectos Qualitativos

Com relação à qualidade das águas nos pontos cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade elétrica, que é a capacidade de uma substância conduzir a corrente elétrica estando diretamente ligada com o teor de sais dissolvidos sob a forma de íons.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade elétrica multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sólidos totais dissolvidos (STD) na água. Para as águas subterrâneas analisadas, a condutividade elétrica multiplicada pelo fator 0,65 fornece o teor de sólidos dissolvidos.

Conforme a Portaria nº 1.469/FUNASA, que estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano, o valor máximo permitido para os sólidos dissolvidos (STD) é 1000 mg/l.

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São José da Tapera
Estado de Alagoas**

Teores elevados deste parâmetro indicam que a água tem sabor desagradável, podendo causar problemas digestivos, principalmente nas crianças, e danifica as redes de distribuição.

Para efeito de classificação das águas dos pontos cadastrados no município, foram considerados os seguintes intervalos de STD (Sólidos Totais Dissolvidos):

0	a	500 mg/l	água doce
501	a	1.500 mg/l	água salobra
>		1.500 mg/l	água salgada

Foram coletadas e analisadas amostras de água de **07** pontos d' água. Os resultados das análises mostraram valores oscilando de 1.183,00 a 12.707,50 mg/l, com valor médio de 5.556,05 mg/l. Com esses resultados, verifica-se a predominância de água salina em 100% dos poços analisados.

Devido às peculiaridades da área cadastrada, onde predominam os poços perfurados no Domínio Fissural, os resultados são invariavelmente poços com águas salobras e salinas (100,00% dos poços neste município, vide fig.5.10), o que gera a necessidade de tratamento dessas águas para permitir a sua utilização de forma saudável, dentro dos limites de salinidade permitidos pela OMS e FUNASA.

Foram cadastrados no município apenas **04** dessalinizadores instalados, dos quais, apenas **01** se encontrava em *operação normal* (5,90% do total de poços), **01** estava *paralisado* por falta de manutenção (5,90%), e **02** estavam em fase de instalação (10,80%). Dois deles estão situados em terrenos particulares e dois em terrenos públicos mas, desse total, 03 têm uso comunitário, atendendo juntos a cerca de 310 famílias.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise dos dados referentes ao cadastramento de pontos d'água executado no município permitiu estabelecer as seguintes conclusões e recomendações:

- Dos **17** poços tubulares cadastrados, apenas **06** (35,30%) encontram-se *em operação* e **04** (23,50%) foram descartados (*abandonados*) por estarem secos ou obstruídos. Dos **07** poços restantes (41,20%), **04** estão *não instalados* (57,10%), (01 por falta de energia elétrica e 03 por razões não definidas) e **03** *paralisados* por quebra do equipamento. Estes poços representam uma reserva potencial, que pode vir a reforçar o abastecimento no município, se após uma análise técnica apurada, forem considerados aptos à recuperação e/ou instalação. Cabe à administração municipal promover ou articular o processo de análise desses poços, podendo vir a aumentar substancialmente a oferta hídrica no município.
- Apesar de todos os poços que tiveram amostra d'água analisada apresentarem águas salobras (14,30%) ou salgadas (85,70%), (o município encontra-se situado em domínio fissural), existem no município apenas **04** dessalinizadores (23,50% dos poços possuem esse equipamento), os quais, na ocasião do cadastramento encontravam-se: **01** em operação normal (25,00%), **01** paralisado (25,00%) e **02** em fase de instalação, (25,00%), evidenciando a necessidade de uma urgente intervenção do poder público, principalmente no que concerne aos poços comunitários, visando a recuperação dos dessalinizadores e a instalação de novos nos poços de uso comunitário, permitindo a melhoria na qualidade e na quantidade da água oferecida à população e redução dos riscos à saúde inerentes ao consumo primário de água salina, comum nessas áreas, em períodos críticos de estiagem, por falta de opções.
- Uma atenção especial deve ser dada à problemática do descarte dos rejeitos dos dessalinizadores, pois na maior parte dos municípios, o descarte é feito no terreno no entorno do poço, muitas vezes salinizando cursos d'água ou provocando esterilização do terreno. No caso deste município, nenhum dessalinizador tem os recipientes adequados.
- Poços paralisados ou não instalados em virtude da alta salinidade e que possam ter uso comunitário, também devem ser analisados em detalhe (vazão, análise físico-química, nº de famílias atendidas, etc) para verificação da viabilidade da instalação de equipamentos de dessalinização;
- Com relação ao item acima, deve ser analisada a possibilidade de treinamento de moradores próximos ao poço, para manutenção de bombas e dessalinizadores em caso de pequenos defeitos ou para fazer a comunicação à Prefeitura Municipal em caso de problemas mais graves, para que sejam tomadas ou articuladas as medidas cabíveis.
- Todos os poços deveriam sofrer manutenção periódica para assegurar o seu pleno funcionamento, principalmente em tempos de estiagem prolongada; por manutenção periódica entende-se um período, no mínimo anual, para retirada do equipamento do poço e sua manutenção e limpeza, além de limpeza do poço como um todo, possibilitando a recuperação ou manutenção das vazões originais do poço.
- Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas em todos os poços ativos e paralisados passíveis de recuperação, medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção, etc. O que pode ser articulado entre a Prefeitura Municipal e a própria população beneficiária do poço. Quanto aos poços abandonados, devem ser tomadas medidas de contenção, como a colocação de tampas soldadas ou aparafusadas, visando evitar a contaminação do lençol freático por queda acidental de pequenos animais e introdução de corpos estranhos, especialmente por crianças.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2000. Brasília: DNPM, v.29, 2000. 401p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Secretaria de Minas e Metalurgia; CPRM – Serviço Geológico do Brasil [CD ROM] **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil, Sistema de Informações Geográficas – SIG**. Mapas na escala 1:2.500.000. Brasília: CPRM, 2001. Disponível em 04 CD's

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Geografia do Brasil. Região Nordeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. Disponível em 1 CD

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapas Base dos municípios do Estado de Alagoas**. Escalas variadas. Inédito.

LEAL, José Menezes **Inventário hidrogeológico do Nordeste. Folha nº 20 – Aracajú NE**. Recife: SUDENE, 1970. 150p.

RODRIGUES E SILVA, Fernando Barreto; SANTOS, José Carlos Pereira dos; SILVA, Ademar Barros da et al [CD ROM] **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico**. Recife: Embrapa Solos. Petrolina: Semi-Árido, 2000. Disponível em 1 CD

ANEXO 1

PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São José da Tapera
Estado de Alagoas**

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de São José da Tapera – Estado de Alagoas**

CÓDIGO POÇO	LOCALIDADE	LATITUDE S	LONGITUDE W	PONTO DE ÁGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF. (m)	VAZÃO (L/h)	SITUAÇÃO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
CU116	Alto do Anselmo	092901,6	372611,1	Poço Tubular	Publico			Não Instalado	Bomba Submersa		Comunitário	
CU759	Sítio Torrões	093809,7	372423,9	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica		2002,00
CU770	São José da Tapera	093311,7	372238,2	Poço Tubular	Particular			Abandonado	Não Equipado	Trifásica		
CU771	Sítio Espírito Santo	093130,5	372439,3	Poço Tubular	Publico			Em Operação	Bomba Submersa	Solar		8222,50
CU772	Sítio Cachoeirinha	093124,9	372454,9	Poço Tubular	Particular			Não Instalado		Trifásica		
CU773	Sítio Cachoeirinha	093041,6	372535,1	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa	Solar		12707,50
CU774	Sítio Água Salgada	092942,0	373425,9	Poço Tubular	Particular			Não Instalado	Não Equipado	Solar		
CU775	Povoado Cabloco	093200,3	373104,1	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa	Trifásica		
CU776	Povoado Cabloco	093200,1	373103,9	Poço Tubular	Particular			Abandonado	Não Equipado			
CU778	Sítio Cacimba do Barro	093409,9	373056,1	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Submersa		Comunitário	
CU779	Sítio Jequié	093416,3	373042,6	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Injetora	Trifásica		5200,00
CU780	Fazenda Jequié	093413,7	373034,4	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica		2801,50
CU781	Povoado Cabloco	093158,5	373117,2	Poço Tubular	Publico		700,00	Em Operação	Bomba Submersa		Comunitário	1183,00
CU782	Sítio Mocambo	092952,7	373914,1	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa	Solar		
CU787	Fazenda Canoas	093034,4	373214,4	Poço Tubular	Particular			Abandonado	Cata-vento			
CU789	Sítio Rua Nova	092824,6	372803,3	Poço Tubular	Particular			Abandonado	Não Equipado	Trifásica		
CU790	Riacho da Onça	092820,5	373008,2	Poço Tubular	Particular			Não Instalado	Não Equipado			4316,00
CU791	Riacho da Onça	092820,5	373007,7	Fonte Natural	Particular			Em Operação	Não Equipado			6682,00
CU792	Sítio Riacho da Onça	092822,1	373013,2	Fonte Natural	Particular			Em Operação	Não Equipado			6890,00

ANEXO 2

MAPA DE PONTOS D'ÁGUA